



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 1.105, DE 2007

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto, que institui o Dia do Pescador Amador.

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega para exame, nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2007, de iniciativa do Senador Mário Couto, que institui o Dia do Pescador Amador, cujo objetivo é destinar o dia 29 de junho como data comemorativa.

À Comissão de Educação compete, em discussão terminativa, examinar a proposição quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, além de pronunciar-se sobre o mérito da matéria.

A proposição não recebeu emendas no prazo regimental.

II – DA ANÁLISE

A matéria é constitucional, pois está consoante com o que preceitua o Art. 24, IX, da Constituição Federal, abraçada, pois, pela competência legislativa concorrente da União.

Quanto à técnica legislativa, a proposta tem sua redação perfeitamente enquadrada aos ditames da lei Complementar 95, de 26 de janeiro de 1998 e demais normas infraconstitucionais, estando, pois, em conformidade com os princípios do Direito.

No que concerne ao mérito, louvamos a iniciativa do autor em destinar data comemorativa a uma categoria de pescador que, sem qualquer sombra de dúvidas merece ser reconhecida.

Ademais, imperativo torna-se observar que o pescador amador é responsável por parte considerável da movimentação econômico-financeira do ecoturismo no País, arrecadando cifras vultuosas, gerando emprego e renda para certas regiões. Basta para isso, fazermos alusão aos resultados referentes à aplicação de 260 questionários socioeconômicos em cinco torneios de pesca na temporada de pesca de 2003, mediante convênio de cooperação técnico-científico entre FASUL – Faculdade Sul Brasil e Parque Nacional de Ilha Grande/IBAMA. Na avaliação da pesca esportiva como um todo, a atividade na região movimenta cerca de R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões) ao ano, entre materiais de consumo, equipamentos e participações em eventos de pesca. Entre os municípios mais freqüentados para pesca amadora estão, Guaíra com 26% da preferência, Porto Figueira com 19% e Porto Rico com 18%. Dentre os fatores que influenciam a prática da pesca, estão o contato com a natureza, a pesca como esporte e lazer, para aliviar o stress e conhecer novos lugares como os mais importantes. Se bem estruturado e através de políticas sustentáveis e, sobretudo legais, a pesca e o turismo podem fornecer autonomia financeira ao Parque Nacional de Ilha Grande, preservar sua reserva e ainda gerar divisas e empregos nas comunidades do entorno.

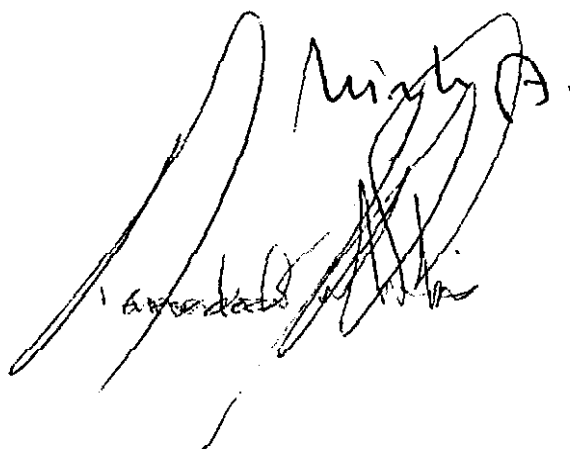
Quanto à conscientização ecológica, a categoria dos pescadores amadores está perfeitamente em sintonia com as normas do IBAMA, inclusive, ajudando o referido órgão ao patrocinar campanhas de conscientização, através de suas associações e demais entidades representativas da classe.

O Pescador amador tem responsabilidade e comprometimento com as questões ambientais, pois precisa do meio ambiente para a prática da pesca e sente-se, cada vez mais, co-responsável por sua preservação, basta para isso, lembrarmos as campanhas de conscientização desenvolvidas pela categoria, visando não só o cumprimento das normas ambientais mais também a preservação de espécies ameaçadas de extinção, como no caso do pirarucú, peixe característico da região Amazônica, objeto de valoroso trabalho para a sua preservação.

III – DO VOTO

Ante o exposto, o nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2007.

Sala da Comissão, 6 de novembro de 2007.



,Presidente.

,Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 099/07 NA REUNIÃO DE 06/11/07
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE: <i>linh. (Senador Cristovam Buarque)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM <i>cp</i>	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>av</i>
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO	9- SIBÁ MACHADO
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA <i>L. Quintanilha</i>
MÃO SANTA <i>João Paulo</i>	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
EDISON LOBÃO	1-ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES <i>mu</i>	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4- JOSE AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU <i>Katia</i>
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo</i>
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA
RELATOR	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 041/07

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTE, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTE, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS					PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO					JOÃO PEDRO				
FÁTIMA CLEIDE					ALOÍZIO MERCADANTE				
PAULO PAIM	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
INÁCIO ARRUDA					MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE	X				MAGNO MALTA				
SERGIO ZAMBIASI	X				JOÃO VICENTE CLAUDINO				
JOÃO RIBEIRO					SIBA MACHADO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO	X				ROMERO JUCA				
GILVAM BORGES					LEOMAR QUINTANILHA	X			
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON				
VALDIR RAUPP	X				VALTER PEREIRA				
PAULO DUQUE	X				JARBAS VASCONCELOS				
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X				(VAGO)				
GERSON CAMATA					NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDISON LOBÃO					ADELMIR SANTANA				
HERACLITO FORTES					DEMÓSTENES TORRES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JONAS PINHEIRO	X			
MARCO MACIEL					JOSÉ AGRIPINO	X			
RAIMUNDO COLOMBO					KÁTIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					ROMEU TUMA				
MARCONI PERILLO					CÍCERO LUCENA				
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO	X			
PAPALÉO PAES	X				SÉRGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					JEFFERSON PERES				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

W. B. A.

SALA DAS REUNIÕES, EM 06/11/2007

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
- II - orçamento;
- III - juntas comerciais;
- IV - custas dos serviços forenses;
- V - produção e consumo;
- VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;
- VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
- VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
- IX - educação, cultura, ensino e desporto;
- X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;
- XI - procedimentos em matéria processual;
- XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;
- XIII - assistência jurídica e Defensoria pública;
- XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;
- XV - proteção à infância e à juventude;
- XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

**DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO
ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO
INTERNO.**

RELATÓRIO

RELATOR: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2007, de iniciativa do Senador Mário Couto, que institui o Dia do Pescador Amador.

O projeto tem como objetivo estabelecer a data de 29 de junho como o Dia do Pescador Amador.

Em sua justificação, o autor destaca a data de 29 de junho como data em que se comemora, por tradição religiosa, o dia do pescador.

Ademais, o autor lembra que o pescador amador se dedica à pesca por lazer.

À Comissão de Educação compete, em decisão terminativa, examinar a proposição quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, além de pronunciar-se sobre o mérito da iniciativa.

A proposição não recebeu emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

A matéria insere-se no âmbito da competência legislativa concorrente da União, discriminada no art. 24, IX, da Constituição Federal.

Além dos requisitos constitucionais, a proposição observa as demais normas infraconstitucionais, estando em conformidade com os princípios do Direito.

O uso da legislação pátria com o desidério de criar datas comemorativas deve ater-se a homenagens relevantes.

No que diz respeito ao mérito, julgamos que a iniciativa não pode prescindir de judiciosa análise.

O dia 29 de junho, festa de São Pedro, é comemorado em todo o País como Dia do Pescador, sem menção a um tipo específico de pesca. Desse ponto de vista, transformar o Dia do Pescador em Dia do Pescador Amador é contrário à tradição religiosa e ao bom senso. Também não nos consta que São Pedro fosse pescador amador.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) não estabelece distinção entre pesca amadora e pesca desportiva, dado esse que se complica com a participação de pescadores amadores em “festas” ou eventos esportivos de pesca. A confusão entre o que seja o pescador amador e o pescador desportivo permanece como complicador da questão.

A pesca amadora ligada ao lazer não tem maior significância como atividade econômica, principalmente quando comparada com os números da pesca extrativa industrial, artesanal e aquicultura. Na verdade, é o ecoturismo seu maior beneficiário.

É verdade que as empresas produtoras de materiais de pesca se beneficiam da atividade do pescador amador, embora sua contribuição social e econômica seja de pequena monta. A produção em escala de equipamento sofisticado é desnecessária para a pesca exclusivamente amadora, revelando-se de interesse na pesca desportiva, onde recursos técnicos mais avançados são necessários.

Pela legislação, o pescador amador deve pescar unicamente com caniço simples, caniço com molinete ou carretilha, utilizando linha de mão e anzóis simples ou múltiplos, com isca natural ou artificial, puçá e tarrafa (esta última somente no mar). A pesca amadora é permitida somente com o porte de licença, estando liberada a obrigatoriedade desse documento para aposentados, maiores de 60 e menores de 18 anos.

Ainda assim, a agressão ao meio ambiente provocada pela pesca amadora é significativa, e a extinção de diversas espécies é basicamente obra dos seus praticantes, que pescam sem a competente fiscalização. Além de retirarem pescado em quantidades acima da permitida, pescarem na época do defeso, os pescadores amadores geralmente não tem consciência ambiental e poluem o ambiente.

Para ilustrar, chamamos atenção a uma das técnicas empregadas na pesca amadora e desportiva, mesmo na época da piracema: o *Pesque e Solte*. É uma modalidade cruel de pesca, na qual o peixe, após ser pescado, é devolvido à água, ferido. Com isso, sofrerá processo infeccioso e será atacado por predadores, ou estará sem condições de buscar seu alimento e mesmo de alimentar-se.

Finalmente, lembramos que os pescadores que subsistem exclusivamente da atividade da pesca têm maior consciência ambiental, por morarem no entorno da sua atividade e pelo conhecimento adquirido em programas ligados à defesa do meio ambiente. Ademais, a pesca amadora não atende às populações ribeirinhas, e, na verdade, traz pouco ou nenhuma contribuição social ou ambiental a esse segmento populacional.

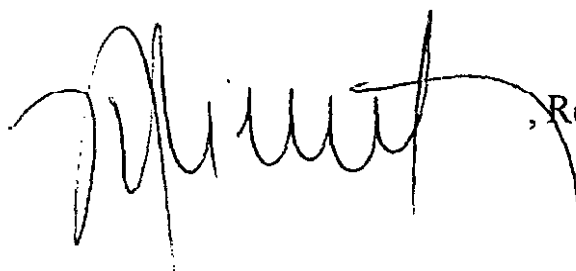
De resto, entendemos que, apesar de respeitar as normas do Direito e estar elaborada de acordo com a boa técnica legislativa, a proposição peca pelo mérito, conforme o exame realizado.

III – VOTO

Ante o exposto, o nosso voto é pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2007.

Sala da Comissão,

, Presidente

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the end.

, Relator

Of. N° CE/157/2007

Brasília, 6 de novembro de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 099, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Mário Couto que, “Institui o Dia do Pescador Amador”.

Atenciosamente,



SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Publicado no Diário do Senado Federal, de 28/11/2007.